



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

Correio Urbano

A6 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 25 de janeiro de 2018

Polícia Militar apura suposta fraude em combustível

Esquema no cartão de abastecimento de viaturas teria sido articulado por um sargento da PM e uma frentista de posto



■ Coronel Paiva destaca que esquema teria iniciado após o sargento supostamente ter acesso a uns cartões de abastecimento (Vale Card)

Um sargento da Polícia Militar é suspeito de desviar dinheiro da corporação utilizando o cartão de abastecimento de combustível (Vale Card) das viaturas. Após vários meses de investigação, por parte das Polícias Civil e Militar, o inquérito foi finalizado e encaminhado para apreciação da Justiça Militar.

De acordo com o coronel Paulo César Paiva, chefe da 5ª Seção da Polícia Militar (setor responsável pela Comunicação Social da PM), além do 3º sargento, à época lotado no Centro de Suprimento e Manutenção (CSM) da Polícia Militar e que foi indiciado, também teria participação no esquema uma frentista de um dos postos credenciados para o abastecimento de viaturas da corporação.

A primeira denúncia sobre o caso chegou até o Departamento de Defraudações e Crimes Cibernéticos, através do Disque-Denúncia, telefone 181. Os investigadores entraram em ação para averiguar a informação e, no âmbito das apurações, foram encontrados supostos indícios sugerindo a participação do 3º sargento.

Foi descoberto que na suposta fraude o militar estaria associado a essa frentista de um dos postos de combustível usados para abastecimento de viaturas. "Eram realizados abastecimentos fraudulentos e os envolvidos se apropriavam do valor referente. O comandante, assim que tomou conhecimento do fato, em maio do ano passado, determinou imediatamente a abertura de um Inquérito Policial Militar", atesta o porta-voz da PM, ressaltando que o próprio coronel Marconi Cabral assinou a portaria que determinou sua instauração e designou uma coronel da corporação para ficar à frente das investigações.

• O esquema

De acordo com o coronel Paiva, o esquema teria iniciado após o sargento supostamente ter acesso a uns cartões de abastecimento (Vale Card) que teriam sido entregues à frentista com supostas informações privilegiadas, como nomes de condutores, prefixos de viaturas e senhas de abastecimento. As investigações indicam que o esquema funcionaria da seguinte maneira: um cliente seguia ao posto e abastecia, por exemplo, R\$ 150,00 em seu veículo particular.

"No escritório do estabelecimento, a frentista pegava esse lançamento e substituía por um suposto abastecimento feito no sistema da PM, através do Vale Card, e se apoderava dos R\$ 150,00 pagos pelo cliente. Em resumo, ela fraudava um abastecimento que não existiu e possivelmente se encontrava com o militar para rater o dinheiro, mas ainda não sabemos como funcionava a divisão", explica o coronel Paiva.

O caso ainda reserva algumas lacunas. A polícia não soube responder se o sargento teria usado o Vale Card para abastecer seu veículo particular. Através do trabalho investigativo, a polícia não pode levantar o montante que teria sido desviado, uma vez que um valor exorbitante foi especulado pela imprensa. "Para se ter ideia de quão exagerado foi esse valor, a despesa mensal com combustíveis de toda a PM-SE não ultrapassa os R\$ 540 mil", revela a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

• Indiciados

Tanto o policial militar como a frentista foram indiciados, suspeitos de participação na fraude. Ainda de acordo com o coronel Paiva, após o comandante tomar conhecimento da suspeita, determinou que ele

fosse transferido do Centro de Suprimento e Manutenção, para preservar as provas.

"Essas investigações começaram no ano passado e foram concluídas, reunindo indícios da participação do PM e também da frentista na fraude. Inclusive, o comandante-geral homologou o parecer da coronel responsável pela investigação, aceitando a conclusão a que chegou, concordando com o indiciamento tanto do sargento como da frentista", frisa o oficial, acrescentando que tudo o que foi investigado se encontra à disposição do Ministério Público e do Poder Judiciário para as providências pertinentes.

"O Ministério Público poderá denunciá-los, requisitar novas diligências ou arquivar o caso", esclarece o porta-voz da PM. O militar permanece em atividade enquanto o processo ocorre. "Na parte disciplinar, ele pode até ser submetido a um Conselho de Disciplina para apurar a condição dele de continuar ou não na corporação", complementa.

Para o coronel Paiva, dentro do episódio se torna importante destacar que o comandante da PM não "compactua com qualquer espécie de desvio de comportamento, muito menos algo desse gênero", encerra.

• Nota da SSP

Em nota à imprensa, a SSP reconhece que, "diante da gravidade dos fatos, o Comandante-Geral da PM-SE adotou todas as medidas necessárias à imediata contenção do ilícito e rigorosa apuração das responsabilidades, encaminhando o resultado das investigações à Justiça Militar", diz a nota, ressaltando ainda que: "As instituições de Segurança Pública sergipanas reafirmam o compromisso de seguir todos

“

No escritório do estabelecimento, a frentista pegava esse lançamento e substituía por um suposto abastecimento feito no sistema da PM, através do Vale Card”

Coronel Paiva
Chefe da PM5

os princípios norteadores da administração pública, principalmente a legalidade, a moralidade, a impessoalidade e a publicidade, de maneira que jamais permitirá que ações desabonadoras frutifiquem dentro de seus quadros. O envolvimento neste lamentável episódio isolado terá obviamente o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório no âmbito da Justiça Militar, onde deve ser processado. A PM-SE é composta por homens e mulheres de boa índole e fé, que jamais compactuariam com atos desta natureza”.

• Polícia Militar

A PM também emitiu nota sobre o caso. Leia na íntegra: "A Polícia Militar de Sergipe (PM-SE), observando a repercussão sobre o suposto desvio de combustíveis por parte de integrante da corporação, causando prejuízo ao erário, vem a público para inicialmente esclarecer que o comando da instituição, assim que tomou conhecimento da denúncia, adotou todas as providências

legais cabíveis à elucidação dos fatos. Isto ocorreu muito antes que o caso viesse a público. Ressaltamos que não compactuamos com qualquer desvio de comportamento. Além disso, em atenção aos princípios da Administração Pública, principalmente a legalidade, a moralidade, a impessoalidade e a publicidade, faz os seguintes esclarecimentos:

1. Através de investigação procedida pela Delegacia de Defraudações da Polícia Civil, o Comando da PM-SE recebeu a denúncia de suposto desvio de combustíveis ainda em meados de 2017, tendo como possíveis envolvidos um policial militar e frentista de posto credenciado no sistema de controle de abastecimento que serve aos órgãos da Administração Pública;

2. Diante da gravidade da denúncia, o comandante-geral, Cel. PM Marcony Cabral Santos, imediatamente determinou a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM), designando oficial superior do último posto (coronel) para proceder às investigações necessárias à completa elucidação dos fatos - tudo isto materialmente comprovado por despachos, portarias e demais documentos pertinentes;

3. Visando a impedir que o suposto ilícito continuasse a ocorrer, o comandante também ordenou o afastamento do sargento sob suspeição do setor responsável pelo controle do abastecimento, preservando inclusive as provas que lá pudessem existir;

4. O referido IPM foi concluído em tempo hábil pela coronel responsável, sendo os autos enviados à Corregedoria da Polícia Militar, como de praxe;

5. O então corregedor, Cel. PM Gravatá, entendendo que as investigações deveriam ser aprofundadas, determinou a realização de novas diligências, no que foi plenamente atendido, conforme a legislação vigente;

6. Cumpridas todas as formalidades da investigação, inclusive das diligências demandadas pelo corregedor, os autos foram remetidos para conhecimento e decisão do comandante-geral que, homologando o parecer da encarregada*, concordou "haver indícios de crime de natureza militar", determinando em despacho que todo o apurado fosse enviado à Justiça Militar - 6ª Vara Criminal;

7. Tudo que foi investigado já se encontra à disposição do Ministério Público e do Poder Judiciário para as providências pertinentes, sendo legalmente competentes para solicitar quaisquer diligências adicionais, inclusive determinar prisões, caso entenda necessário;

8. O montante que teria sido desviado ainda não foi quantificado, sendo objeto de auditoria, o que demonstra ser meramente especulativo o exorbitante valor informado em matéria jornalística.

A Polícia Militar de Sergipe lamenta profundamente esse episódio e reafirma seu compromisso com a sociedade sergipana. A instituição jamais permitirá que ações desabonadoras de conduta se estabeleçam em seus quadros. A corporação é composta por homens e mulheres de caráter, boa-fé e conduta ilibada, características próprias aos cidadãos de boa índole, que jamais compactuariam com atos desta natureza", encerra.